

André Nicolitt Slavara Nicolitt Abdala Laís Damasceno Silva

violênciadoméstica

*estudos e comentários à
Lei Maria da Penha*



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
 Copyright © 2018, André Nicolitt.
 Copyright © 2018, Mayara Nicolitt Abdala.
 Copyright © 2018, Laís Damasceno Silva.

Editor Chefe
 Plácido Arroes

Produtor Editorial
 Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
 Leticia Robini
 (Imagem via FreePik – modificada)

Diagramação
 Enzo Zaquieu Prates

Editora D'Plácido
 Av. Brasil, 1843, Savassi
 Belo Horizonte – MG
 Tel.: 31 3261 2801
 CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
 Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
 por quaisquer meios, sem a autorização prévia
 do Grupo D'Plácido.

Catlogação na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

NICOLITT, André; ABDALA, Mayara Nicolitt; SILVA, Laís Damasceno.

Violência doméstica: estudos e comentários à Lei Maria da Penha -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-912-0

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDU343.9

CDD341.59

GRUPO
 D'PLÁCIDO



*
 Rodapé



72.0.2.0

Sumário

1. Prefácio	15
2. Apresentação	19

Parte I

1. Introdução.....	23
2. Notas sobre a formação patriarcal brasileira	25
3. Determinantes teóricas da análise (garantismo penal e criminologia crítica).....	33
4. Dignidade humana, direitos fundamentais e proteção da mulher vítima de violência doméstica	43
4.1. Dignidade e direitos fundamentais.....	47
5. Sexo, gênero e orientação sexual.....	49
6. Violência doméstica contra mulher na lei maria da penha – nota conceitual.....	55

Parte 2

Comentário à Lei

7. Comentários à Lei nº 11.340/2006	
(Lei Maria da Penha)	63
7.1. Da violência doméstica e familiar contra a mulher	78
7.2. Casos de relações homoafetivas	81
7.3. Violência de gênero e vulnerabilidade	84
7.4. Coabitação e Relação íntima de afeto	91
7.5. Violência contra mulher no contexto doméstico não fundada em gênero	95
7.6. Competência nos casos de estupro de criança ou adolescente	98
7.7. Empregada doméstica	102
7.8. Do sujeito ativo da violência doméstica	104
7.9. Das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher	110
8. Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar	119
8.1. Das medidas integradas de prevenção	119
8.2. Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar	125
9. Do atendimento pela autoridade policial	131
10. Dos procedimentos	145
10.1. Disposições Gerais	145
10.2. Das medidas protetivas de urgência	167
10.3. As medidas protetivas e o modelo de política criminal	172

10.4. O pedido de medida protetiva	177
10.5. Das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor	182
10.6. Das medidas protetivas de urgência à ofendida	190
10.7. Do descumprimento de medida protetiva de urgência	196
10.8. Da atuação do ministério público	200
10.9. Da assistência judiciária	203
10.10. Da equipe de atendimento multidisciplinar	205
10.11. Disposições transitórias	208
10.12. Disposições finais	212

Parte 3

Estudos

11. <i>Feminicídio: análise crítica e dogmática</i>	233
11.1. Apontamentos introdutórios	234
11.2. Da análise dogmática	238
11.3. Interpretando a expressão “contra a mulher”	239
11.4. O que se pode considerar como razões “de condição de sexo feminino”?	243
11.5. Feminicídio é qualificadora objetiva ou subjetiva?	245
11.6. Causas de aumento	247
12. <i>A natureza jurídica das medidas protetivas de urgência: Proteção da mulher vítima de violência doméstica e processo penal democrático</i>	249
12.1. Medidas Protetivas de Urgência e afetação a direitos fundamentais do demandado e da vítima	249
12.2. Restrições aos direitos fundamentais	250

12.3. As medidas protetivas de urgência	253
12.3.1. Tutela de urgência, tutela cautelar e tutela inibitória.	255
12.3.2. Medidas cíveis ou penais? Cautelares ou satisfativas?	257
12.3.3. As medidas protetivas como tutelas inibitórias.....	261
12.4. Cultura machista e patrimonialista e a relação com a tutela jurídica da liberdade, da integridade física e da posse.....	263
12.5. Problemas operacionais e possíveis soluções	265
12.6. Considerações finais	269
13. Sistema penal e transexualidade: Reflexões necessárias à tutela de direitos fundamentais.....	271
Introdução	271
13.1. Lei Maria da Penha, violência de gênero e transexualidade.....	271
13.2. Apenas o homem pode ser sujeito ativo nos crimes de violência doméstica baseada no gênero, nos termos do art. 5º da Lei Maria da Penha?	274
13.3. Como pensar a incidência da Lei Maria da Penha em relação à orientação homossexual?	276
13.4. Considerações finais.....	279
14. Suspensão condicional do processo e violência doméstica.....	281
14.1. Da Distinção entre a Transação e a Suspensão	282
14.2. A importância da SCP para evitar a privação de liberdade permitindo um sistema de controle e proteção à vítima, além da possibilidade de ruptura com ciclo de violência.....	286

14.3. A não inserção do instituto ao sistema dos juizados especiais criminais	288
15. Violência doméstica e a competência para a execução de alimentos decorrentes de medida protetiva	291
15.1. Breve contexto do surgimento da Lei 11.340/2006	291
15.2. A Lei Maria da Penha, o contexto do (neo)constitucionalismo e as dificuldades decorrentes	293
15.3. A competência do juizado de violência doméstica contra a mulher (JVD) em matéria cível e criminal e a inserção dos alimentos neste contexto	296
15.4. A competência do juízo de violência doméstica para execução dos alimentos	298
15.5. Da incompetência dos juízos de violência doméstica para execução de alimentos	298
15.6. Conflito de competência decorrentes da questão posta.	303
15.7. Conclusão	306
16. Bibliografia	309